

Entre o dizer e o não-poder dizer: o cancelamento virtual do sujeito político no movimento dos sentidos no digital

RESUMO

Mônica Thais Cordeiro da Silva
cmonicathais@gmail.com
Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil

Washington Silva de Farias
washfarias@gmail.com
Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil

O cancelamento virtual tornou-se uma das grandes pautas da comunicação na internet nos anos recentes. Essa prática, consolidada por usuários de redes sociais, tem tornado o espaço online um ambiente hostil de exclusão do diferente. Dessa forma, neste artigo, temos como objetivo investigar o funcionamento discursivo do cancelamento virtual, relacionado a políticas de silenciamento do sujeito político, analisando o jogo entre os funcionamentos polêmico e autoritário na produção de sentidos. Fundamentamos nossa reflexão e análise nos pressupostos da Análise do Discurso materialista (PÊCHEUX 2014, 2008; ORLANDI 2019, 2008, 2007). Selecionamos como corpus prints de postagens e comentários da drag queen Rita Von Hunty, tendo em vista uma declaração feita por ela no contexto da eleição presidencial de 2022, manifestando posição contrária ao apoio à chapa Lula-Alckmin no primeiro turno e recomendando voto nas candidaturas do PCB ou Unidade Popular. Consideradas as materialidades analisadas, observamos que a posição de Rita Von Hunty, consistente com o seu lugar discursivo de militante radical de esquerda, repercutiu nas tomadas de posição dos sujeitos internautas sobre o episódio, configurando-se um processo discursivo marcado pelo tensionamento do político – divisão dos sujeitos e dos sentidos (ORLANDI, 2019) –, entre o movimento e a interdição. Especificamente, a posição assumida por Von Hunty de não-adesão à chapa Lula-Alckmin suscitou um debate coletivo em que se confrontaram diferentes tomadas de posição, i) de identificação com os sentidos pró-cancelamento, em um processo que desautorizava o movimento político do sujeito e dos sentidos na FD de esquerda, operando nisto uma forma de silenciamento por interdição (ORLANDI, 2007); ii) de desidentificação com essa forma política de silenciamento, reafirmando-se o movimento do sujeito e dos sentidos; e iii) de contraidentificação com a política de cancelamento, assinalando-se posições discordantes, mas, ao mesmo tempo, de repúdio à prática de interdição política do outro. Portanto, no acontecimento heterogêneo de episódios de cancelamento virtual, entram em jogo efeitos de estancamento do político, que tendem à asfixia de sujeitos e de sentidos (discurso autoritário), mas também de contestação, reafirmando-se o movimento do político dos sujeitos e dos sentidos (discurso polêmico).

PALAVRAS-CHAVE: Cancelamento virtual. Política de silenciamento. Discurso autoritário. Discurso polêmico.

INTRODUÇÃO

O cancelamento virtual tornou-se uma das grandes pautas da comunicação na internet nos anos recentes. No entanto, mesmo que ondas surjam a todo momento e as pessoas se arranjam em novas formas de expressão e de interação nos nichos virtuais, a crítica à vida pessoal e pública, principalmente de celebridades, políticos e figuras públicas em geral, em forma de violência virtual, mostrou ser uma das principais marcas de interação na internet.

Nessa seara de conflitos, o movimento do cancelamento ganhou destaque nas práticas dos usuários de redes sociais. De acordo com Macedo (2016), os linchamentos virtuais, principal característica do cancelamento, são atitudes que envolvem milhares de pessoas que dirigem violência, críticas ácidas e incentivam o boicote aos atores sociais em voga em um determinado momento.

No Brasil, esse fenômeno tem ganhado força e ao menor sinal de “deslize”, pessoas, em sua maioria públicas, são alvo de processos de cancelamento na internet. Momentos de efervescência cultural e euforia coletiva são propícios para esses movimentos, que unem e separam os grupos em convergências e divergências culturais e políticas.

Nesse contexto, os internautas sentem-se livres para atacar e expor suas opiniões sem medo de retaliações. Isto é, as redes sociais são equivalentes às salas de julgamento online, que utilizam o cancelamento virtual como um instrumento que classifica sujeitos em merecedores ou não de sustentarem opiniões e ocuparem certos lugares na sociedade.

Para Martins (2015) e Dunker (2021), o linchamento e o silenciamento sempre afetaram principalmente mulheres, pessoas negras, LGBTQIAP+, deficientes etc. Para Dunker (2021), com a democratização de vozes na internet, o cancelamento se estabeleceu enquanto prática virtual de linguagem para dar voz aos historicamente marginalizados e silenciados. Assim, o ato de cancelar inicialmente esteve ligado ao ativismo de grupos minoritários por meio dos movimentos como #BlackLivesMatter e #MeeToo no Twitter em 2013, por exemplo.

Desde então, foi crescente a observação sobre o comportamento de empresas e figuras públicas em questões de raça e gênero. No entanto, com o passar dos anos, o movimento de cancelamento perdeu a ligação específica com os atos de militância, pois revelou-se enquanto uma prática de indivíduos na interação com o digital.

Nesse sentido, a violência virtual cresceu ainda mais a partir da popularização de discursos de ódio como ferramenta para alavancar o engajamento de perfis em redes sociais (SANTOS, 2023). Isto é, conteúdos de crítica e agressão tendem a viralizar e polarizam o espaço midiático em posições “a favor” e “contra” determinados sujeitos e seus discursos. Assim, o ato de “cancelar” deixou de ser sinônimo de “militar” por causas sociais, passando a funcionar como um dos mecanismos mais utilizados para interdição e bloqueio da expressão política dos sujeitos.

De acordo com Macedo (2018), uma das dinâmicas que podem disparar processos de cancelamento são práticas de intolerância política. Em um contexto de antagonismos, esse aspecto mostra-se cada vez mais aflorado. Desse modo, a

tolerância e a aceitação do divergente, em processos de alteridade, são suprimidos e silenciados:

Nesse caso, o “outro” tolerado e permitido é apenas aquele que confirma a identidade do “eu”. Assim, o encontro com o “outro” que serviria para despossuir, obrigar a modificar a maneira de pensar sobre si próprio e de se reinventar, empurrar para fora de interesses pessoais, abrir horizontes e perspectivas, enriquecer com outras possibilidades de vida e pensamento, acaba apenas provocando ódio e, por isso, esse “outro” deve ser destruído e eliminado. (MACEDO, 2018, p. 201)

Diante disso, o cancelamento apresenta um impacto relevante na interação dos indivíduos nas redes, pois ao passo que a sociedade se isola em “bolhas”, o cancelamento virtual promove divisões e conflitos que impedem o diálogo, o livre dissenso e a vivência democrática nas relações histórico-sociais. Desse modo, até o momento, o cancelamento virtual parece estar no conjunto de práticas que vão de encontro aos princípios democráticos e a convivência de pensamentos dissonantes, pois ao excluir o diferente, os grupos se radicalizam cada vez mais e movimentos extremistas ganham força na sociedade.

Para Orlandi (2008) uma das características fundamentais da prática social discursiva dos sujeitos na sociedade é a sua movimentação em uma formação discursiva dada ou entre formações discursivas. De acordo com Pêcheux (2008), as formações discursivas compreendem conjuntos de enunciados produzidos dentro de uma formação ideológica que determinam aquilo que pode e deve ser dito numa conjuntura dada. Nesse sentido, trabalhamos com a hipótese de que o cancelamento virtual se desenvolve a partir dos conflitos gerados nas formações e entre formações discursivas no momento que sujeitos ocupam posições que se distanciam dos saberes dominantes de uma FD. Além disso, Orlandi (2008), ao defender a tese das tipologias de funcionamento discursivo, nos diz que o discurso polêmico é o tipo de discurso em que a polissemia é controlada, que busca produzir outros sentidos em uma mesma formação discursiva. Já no discurso autoritário observa-se a tentativa de conter a polissemia, a criatividade. Dessa forma, observamos que o processo do cancelamento virtual se constitui como uma disputa dos sentidos do político pelo jogo entre os funcionamentos polêmico e autoritário, entre o poder dizer e a proibição do dizer.

Diante do exposto, neste artigo, temos como objetivo investigar o funcionamento discursivo do cancelamento virtual, relacionado a políticas de silenciamento do sujeito político, analisando o jogo entre os funcionamentos polêmico e autoritário na produção de sentidos.

Nesse contexto, compreendemos o acontecimento do cancelamento como uma relação entre sujeitos em que há a interdição ao dizer do outro, que é impedido de significar(-se) como poderia, inscrevendo-se em uma FD ou em uma posição possível nela ou ainda movimentando-se entre FDs. Esse bloqueio do movimento do sujeito e dos sentidos caracteriza um funcionamento autoritário do discurso pelo qual dita-se como os sujeitos devem ou não se posicionar em sociedade. Entretanto, como o próprio do sujeito e dos sentidos é o movimento, no acontecimento do cancelamento, o que temos é a atualização de uma política de silenciamento, na qual o autoritário e o polêmico se colocam em disputa. Sendo assim, podemos afirmar que o cancelamento institui um jogo de forças entre a

possibilidade de movimentação dos sujeitos nas/entre formações discursivas e a tentativa de bloqueio desse movimento.

Para investigarmos essa complexidade da dinâmica discursiva do cancelamento, recortamos um episódio envolvendo a drag queen Rita Von Hunty, ocorrido no contexto da eleição presidencial de 2022, quando esta manifestou posição contrária à chapa Lula-Alckmin em seu stories do Instagram e recomendou voto nas candidaturas do PCB ou Unidade Popular.

Para fins de análise, o corpus da nossa pesquisa foi composto a partir de capturas de tela dos stories do Instagram de Von Hunty, e dos tuítes de sujeitos comentadores envolvidos no episódio de cancelamento. No que confere aos sujeitos comentadores, ou internautas, apresentamos dois focos nas materialidades: sequências discursivas com traços de inviabilização e/ou invalidação do sujeito (Rita) em sua posição política; e sequências discursivas que apresentam o contraditório, seja problematizando os efeitos pró-cancelamento em favor do posicionamento de Rita, e/ou da liberdade de expressar o político do seu lugar de enunciação. Desse modo, do ponto de vista dos internautas, a problematização em torno do cancelamento circulou principalmente no Twitter.

Nesse quesito, o Twitter, atualmente rede social X, foi escolhido por promover debates em tempo real, no qual usuários, muitas vezes anônimos, podem interagir sobre temas da atualidade. Consequentemente, a discussão em massa na web faz com que essa rede social se torne lugar para a observação das materialidades envolvidas no cancelamento virtual.

Além disso, a disputa eleitoral de 2022 pela Presidência da República foi um evento político marcado pela polarização e escalada de violência física e virtual, com repercussões e desdobramentos no espaço digital. Assim, as condições de produção das eleições mostraram-se propícias à ocorrência de práticas de cancelamento, bem como para investigação desse acontecimento.

Diante desse cenário, delineamos o cancelamento virtual como prática discursiva ligada às políticas de silenciamento envolvidas em conjunturas sociais atuais em sua discursividade. Como não há investigação científica sem discussões teóricas, passemos ao aprofundamento das categorias e questões que fundamentam este artigo.

1. O MOVIMENTO DOS SUJEITOS E SENTIDOS E AS POLÍTICAS DE SILENCIAMENTO NA CONSTITUIÇÃO DO CANCELAMENTO VIRTUAL

Para Orlandi (2007), a humanidade está condenada ao simbólico, sendo ele materializado ou não, pois o sentido engloba tanto a linguagem quanto o silêncio, sendo este um contínuo espaço significante, como afirma a estudiosa:

O silêncio não é ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor, mas impedi-lo de sustentar outro discurso. Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se diga) coisas que podem causar rupturas significativas na relação de sentidos. As palavras vêm carregadas de silêncio (s). (ORLANDI, 2007, p. 102)

Além do silêncio fundador de toda linguagem humana, Orlandi (2007) também propõe uma reflexão sobre como as “políticas de silenciamento”, que, do ponto de vista social, podem promover a supressão de vozes dissidentes, a desqualificação de perspectivas ou até mesmo negação da existência de pessoas ou grupos sociais.

Para a autora, as políticas de silenciamento aludem duas formas de silêncio: **a) o silêncio constitutivo**, que remete ao fato de que todo dizer, para atualizar-se, cala outros dizeres e **b) o silêncio local**, que se refere à proibição de dizer.

Nessa ótica, Orlandi explica que o silêncio constitutivo está na ordem de produção dos sentidos e está no cerne de qualquer produção de linguagem, Orlandi (2007, p. 74) elucida que acontece nesse caso um “anti-implícito”, pois se diz uma coisa a fim de não deixar dizer outra. De modo geral, essa dimensão do silêncio ocorre quando a produção de um sentido apaga outros sentidos possíveis. Para a autora, no silêncio local “impede-se que o sujeito, na relação com o dizível, identifique-se com certas regiões do dizer pelas quais ele se representa como (socialmente) responsável, como autor” (ORLANDI, 2007, p. 104). É nesse contexto que o silêncio local se manifesta como asfixia do sujeito, onde não há espaço para reversibilidade no discurso.

Nesse sentido, compreendemos que no funcionamento discursivo do cancelamento entra em jogo as duas formas de silêncio - constitutiva e local. O silêncio constitutivo como traço do movimento de constituição do sujeito com suas posições em face de outras; o silêncio local como traço do efeito de cancelamento, em que posições são impedidas de significar(-se).

Nessa seara de relações entre silêncio e linguagem e suas intervenções na construção de sentidos do outro e na produção do dizer político dos sujeitos, nos vemos na necessidade de elucidar o entendimento discursivo do termo “político”.

Para Orlandi (2019, p. 26) o político é visto como “divisão necessária de sujeitos e sentidos na sua determinação histórico-social”. Para a estudiosa, há diferentes formas de significar o político e tentativas de controlar ou impedir seus movimentos. Nos episódios de cancelamento, o dizer do sujeito é bloqueado e o movimento do político é asfixiado. Nesse sentido, impede-se que o sujeito cancelado se signifique na sua diferença.

Outro aspecto relacionado às engrenagens do funcionamento do cancelamento é a intrínseca relação entre lugar discursivo e posições-sujeito. Para Grigoletto (2007), o lugar discursivo refere-se aos diferentes espaços sociais e institucionais que sujeitos sociais ocupam. Assim, o lugar discursivo funciona enquanto espaço discursivo heterogêneo que possibilita a construção dos enunciados, isto é, a movimentação discursiva por meio das posições-sujeito.

No entanto, como a movimentação no cancelamento produz efeitos de bloqueio do movimento, impedindo, portanto, o sujeito de significar-se no interior da formação discursiva que o interpela e de circular entre outras formações discursivas, esse fenômeno demonstra operacionalizar-se de maneira peculiar nas regiões de memória.

Nesse sentido, acerca do movimento do sujeito, Pêcheux (2014) distingue três formas de relação do locutor de um discurso com a FD que o domina, são elas: a identificação, a contraidentificação e a desidentificação. De acordo com Indursky

(2008), essas tomadas de posição relacionam-se diretamente com os limites nas FDs e sua heterogeneidade constitutiva.

A identificação, chamada de *superposição*, seria a replicação da forma-sujeito da FD, a convergência total do sujeito com o Sujeito universal de uma determinada FD. Já a contraidentificação se institui como forma de resistência à forma-sujeito e ao domínio de saberes que ela organiza. Por fim, na desidentificação, o sujeito rompe com a forma-sujeito e desloca sua identificação para uma formação discursiva antagônica.

As tomadas de posição do sujeito discursivo no cancelamento estão inseridas no confronto de sentidos produzidas a partir de discursos de ordem autoritária e polêmica. Para Orlandi (2008), de modo geral, o discurso polêmico é o tipo de discurso em que a polissemia é controlada, que busca produzir outros sentidos em uma mesma formação discursiva e em que há uma disputa pelo referente. No discurso autoritário, a polissemia é contida e o locutor impõe uma visão de mundo desconsiderando o contraditório.

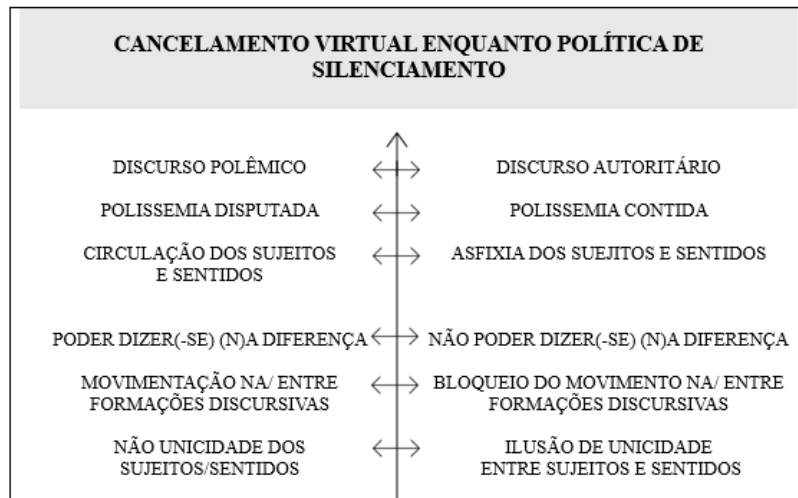
Dessa forma, compreendemos, a partir de Orlandi (2008), que na produção de sentidos do cancelamento o discurso autoritário e o discurso polêmico se confrontam. Nesse sentido, de um lado, temos uma esfera de irreversibilidade do dizer, pois no discurso autoritário há contenção da polissemia e não reversibilidade de interlocutores; de outro lado, no discurso polêmico, temos a disputa de sentidos e a reversibilidade do dizer.

Além disso, de acordo com Indursky (2008), as FDs são heterogêneas e abrigam divergências em sua interioridade e nos seus limites. Desse modo, ao observamos as discursividades no acontecimento do cancelamento, nós temos um complexo de movimentações que agem sobre os sujeitos envolvidos e sobre os sentidos nas FDs e suas fronteiras.

Nessa cadeia de sentidos, o enunciado desencadeador do processo do cancelamento desloca sentidos em uma determinada FD e/ou entre FDs. A partir disso, o deslocamento dos sentidos promove uma discussão nas redes que divide os sujeitos comentadores em processos que indicam bloqueio e/ou de movimentação dos sujeitos e sentidos. Assim, no processo de bloqueio, os enunciados interdita o dizer do outro, asfixiando o sujeito político, em uma ilusão de univocidade e irreversibilidade do dizer. Já no processo de movimentação dos sujeitos e sentidos, o cancelamento é tensionado e o sujeito comentador identifica-se, em algum nível, com a posição-sujeito do sujeito cancelado.

Para sintetizar nossa compreensão provisória do funcionamento discursivo do cancelamento virtual, apresentamos o Quadro 1, a seguir.:

Quadro 1 - Textualização do político no cancelamento



Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir do exposto no quadro acima, entendemos que o cancelamento enquanto política de silenciamento funciona no entremeio de um processo discursivo complexo que se historiciza no digital. Nesse fenômeno, se conflitam movimentos de afirmação e de apagamento do político. Na afirmação do político, tem lugar o funcionamento polêmico do discurso, no qual a polissemia é controlada e os sentidos são disputados pelos interlocutores. No apagamento do político, por sua vez, tem-se um funcionamento autoritário, no qual há uma dominância do sentido do “eu” (locutor) sobre o do outro, tendendo o discurso à monossemia. Dessa maneira, de um lado, temos a circulação e movimentação de sujeitos e sentidos na/entre formações discursivas, refletindo isto a não unicidade do discurso e a possibilidade, para o sujeito, de dizer(-se) (n)a diferença; de outro, dá-se o bloqueio/asfixia dos sujeitos e sentidos, de seu movimento na/entre formações discursivas, sob a ilusão de unicidade do discurso, o que impede o sujeito de significar(-se) (n)a diferença. O cancelamento, portanto, se textualiza no jogo político dos processos de movimentação e asfixia dos sujeitos e dos sentidos.

Para entendermos como o cancelamento virtual se desenvolveu nas condições de produção da cena eleitoral presidencial de 2022 e como ele se operacionaliza discursivamente no espaço digital enquanto forma de silenciamento do sujeito político, na próxima seção, nos debruçamos sobre o episódio de cancelamento virtual de Rita Von Hunty, a partir da análise de algumas materialidades digitais.

2. RITA VON HUNTY OUSOU RADICALIZAR-SE: DINÂMICAS DISCURSIVAS DO CANCELAMENTO VIRTUAL E O SILENCIAMENTO DO SUJEITO POLÍTICO DURANTE A CAMPANHA ELEITORAL DE 2022

Durante uma eleição, os fatos que podem decidir a investidura (ou não) em um cargo público através do voto são vários. Nesse contexto, a eleição de 2022 foi um divisor de águas na cena política brasileira, já polarizada, sendo a eleição mais disputada desde a redemocratização. O ápice aconteceu quando de um lado havia

o candidato a reeleição, Jair Messias Bolsonaro, representando a extrema direita e, do outro, Lula, com a bagagem política e um histórico que o liga diretamente à esquerda brasileira.

Assim como nas eleições anteriores, a internet se consolidou como o meio comunicativo mais utilizado nas campanhas políticas, como também o espaço em que a política foi ainda mais debatida e, como consequência do movimento do acirramento e da polarização, as divisões que compõem os grupos sociais tornaram-se ainda mais visíveis.

Nesse sentido, a figura de Rita Von Hunty, enquanto sujeito político, surge no cenário da internet em 2015. Desde então a drag *queen*, persona do ator e professor Guilherme Terrier Lima, é apresentadora do canal do Youtube “Tempero Drag”, que conta com mais de 1 milhão de inscritos no canal e milhares de seguidores em suas redes sociais. Essa militante radical de esquerda é constantemente convidada pelos meios de comunicação para dar palestra e participar de programas e entrevistas.

O fato gerador do episódio de cancelamento de Rita Von Hunty aconteceu em 8 maio de 2022 quando as pré-candidaturas à Presidência da República foram lançadas. Naquele momento, a drag se manifestou em seus *stories* do Instagram contra a chapa Lula-Alckmin, declarando apoio às candidaturas do PCB e Unidade Popular, no primeiro turno, como podemos ver na Figura 1.

Figura 1-Rita Von Hunty declara voto às candidaturas do PCB e União Popular



Fonte: *print* da rede social Instagram. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/sonar-a-escuta-das-redes/post/influenciadora-rita-von-hunty-e-alvo-de-criticas-depois-de-reprovar-voto-em-lula-no-primeiro-turno.html>

Dentro dos movimentos de esquerda, no contexto da eleição de 2022, observou-se uma pressão para que as celebridades do meio artístico e cultural declarassem voto a favor da chapa Lula-Alckmin. Rita Von Hunty sempre se apresentou enquanto esquerda radical. Naquele momento, a posição-sujeito de Rita Von Hunty de não apoio à chapa Lula-Alckmin foi justificada pela falta de

compromisso desta com “ao menos” a revogação das reformas promovidas pelos governos de Bolsonaro e Temer. A frustração em sua fala foi um dos fatores destacados para seu posicionamento no primeiro turno das eleições. Fazemos aqui um recorte de seu posicionamento em três sequências discursivas:

SD1: “Acredito que, mais do que nunca, este momento nos compele a um voto radical no primeiro turno, que cumpre também uma função de mostrar nossa recusa e insatisfação a esta chapa”

SD2: “Eu fico **profundamente triste** com como o cenário vai se construindo para a política institucional no Br, mais uma vez, mesmo havendo **pouquíssima expectativa**, esperava **ao menos** a dignidade de Lula assumir compromisso com uma agenda que revogasse (**no mínimo**) as reformas neoliberais de 6 anos de Temer-Bolsonaro. **Nem isso** tivemos”.

SD3: “O cenário do “é o que tem para hoje” não pode se normalizar, porque **além de reacionário ele faz morrer qualquer desejo radical de transformação.**”

Na SD1, percebemos que Rita ocupa o lugar discursivo de militante radical – “comunicador, agitador e propagandista” – assumindo, a partir dele, não só como uma posição possível na formação discursiva de esquerda, mas como uma forma de resistência em defesa da permanência de valores inegociáveis para formação ideológica esquerda.

Além disso, na SD2 há a justificativa, e nela percebemos o ressentimento e a frustração com a chapa Lula-Alckmin. Nas formulações dessa SD, as expressões como “ao menos”, “nem isso” e “no mínimo” demonstram que não precisava de muito para que o laço de identificação entre ela e a ala política de Lula fosse mantido. Nesse sentido, a partir do contexto eleitoral de lançamento de pré-candidaturas e de reforço para a organização social, percebemos que, o que ecoa no não-dito desse discurso é a transitoriedade de sua decisão e um desejo de aproximação com a chapa rejeitada.

Já na SD3, o pedido para que o “é o que temos para hoje” não seja aceito, nem naturalizado, demarca a resistência à proposta de uma chapa que não reverbera os sentidos da esquerda que atendem à classe trabalhadora. Além disso, nessa sequência, o sujeito demarca como ponto enfraquecedor da esquerda se submeter ao programa de governo da chapa Lula-Alckmin. Dessa forma, nessas formulações, a demarcação de sentidos sinaliza um ponto de diversidade no campo ideológico da esquerda, no qual a posição-sujeito de uma esquerda radical é possível e justificável.

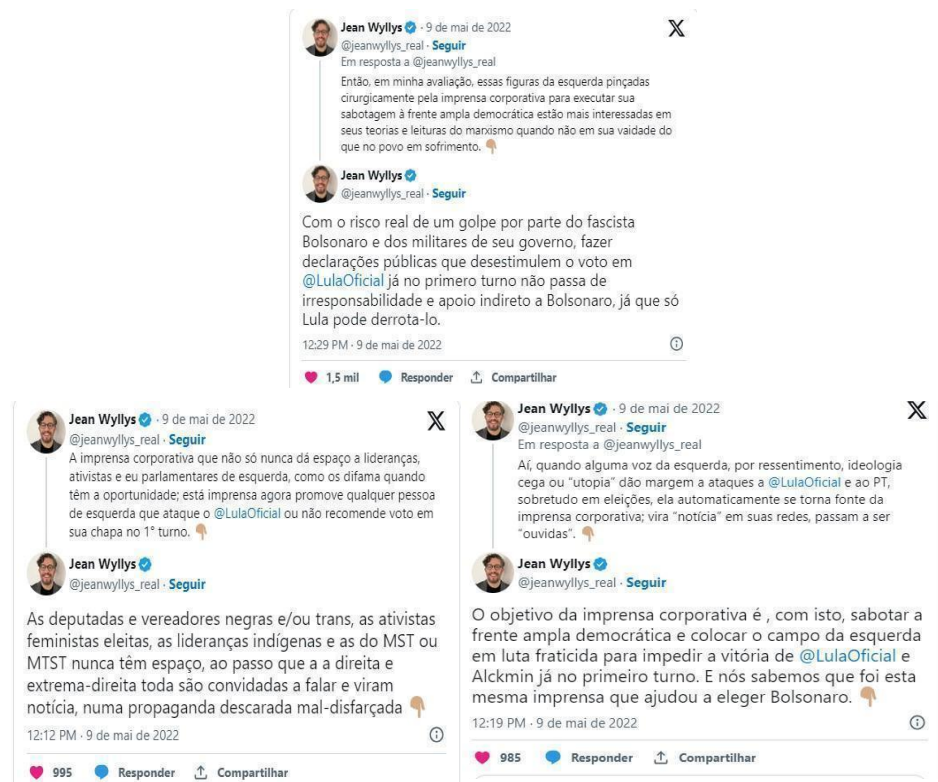
A partir das sequências discursivas, percebemos que o lugar social da militante de esquerda radical abriga o lugar discursivo que adere à posição sujeito do voto de protesto ao apoiar candidaturas da esquerda radical e que se opõe ao voto na chapa Lula-Alckmin, estabelecendo assim uma tensão na formação discursiva de esquerda. Desse modo, nadando contra a maré, esse discurso marca o discurso polêmico que busca assinalar essas posições como um lugar de resistência na FD de esquerda.

Os desdobramentos discursivos do político nesse discurso desencadearam efeitos de cancelamento, principalmente no espaço significativo do Twitter. Dessa forma, o nome de Rita foi parar nos *trendings topics*, o que causou uma discussão principalmente dos que discordavam de sua opinião e invalidavam o seu

posicionamento, e dos que, apesar de discordarem, não apoiaram os ataques violentos de cancelamento à *drag*.

Após o assunto viralizar na rede, uma das vozes que se levantaram contra Rita Von Hunty foi a do ex-deputado Jean Wyllys, como vemos na Figura 2 abaixo:

Figura 2-Jean Wyllys x Rita Von Hunty



Fonte: perfil pessoal de Jean Wyllys no X Disponível em: https://x.com/jeanwyllys_real/status/1523681272186695680

Jean Wyllys, ex-deputado federal pelo Psol e filiado ao PT desde 2021, sempre foi um dos nomes de maior oposição à família Bolsonaro. Sua movimentação política na campanha presidencial de 2022 mostrou-se assiduamente crítica aos que se manifestavam contra a aliança política petista, como demonstrado nas sequências discursivas em que se posiciona contra Rita Von Hunty.

De modo geral, o pronunciamento de Jean Wyllys busca desqualificar e descaracterizar o posicionamento do sujeito político Rita Von Hunty como esquerda legítima, ou seja, a que apoia Lula. Isso aconteceu porque Rita tornou-se uma figura midiática e seu discurso foi amplamente noticiado na mídia. Neste momento, o discurso de Wyllys relaciona a imprensa corporativa como ente aliado à direita e, logo, apoiador da eleição de Bolsonaro. Dessa forma, em sua lógica, quem é contra Lula tem espaço na mídia, quem é a favor de Lula é boicotado. Na sequência discursiva abaixo, observamos como é constituído esse processo de segregação em seu discurso:

SD4: As deputadas e vereadores negras e/ou trans, as ativistas feministas eleitas, as lideranças indígenas e as do MST ou MTST nunca têm espaço, **ao passo que a direita e extrema direita toda são convidadas a falar e viram notícia, numa propaganda descarada maldisfarçada**

Na SD4, não é à toa a divisão entre quem tem e quem não tem espaço na mídia. Isto é, se a imprensa escolheu dar espaço a Rita Von Hunty, ela se aproxima da direita e da extrema direita. Do ponto de vista da articulação nessa cadeia parafrástica, Rita não passaria de um “fante” escolhido pela imprensa corporativa para executar uma sabotagem à chapa de Lula-Alckmin. Assim, a formulação intradiscursiva desse discurso revela a negação do voto radical como posição legítima dentro da formação discursiva de esquerda no contexto eleitoral. Ao fazer isso, percebemos que, naquela conjuntura, a posição de Rita não representa um lugar possível dentro da formação discursiva de esquerda. Na SD5, os sentidos deslizam para a desqualificação das razões que levam à declaração de voto de Rita, em uma tentativa de invalidação de sua posição:

SD5: “quando alguma voz da esquerda, **por ressentimento, ideologia cega ou ‘utopia’** dão margem a ataques a Lula e ao PT, sobretudo em eleições, ela automaticamente se torna fonte da imprensa corporativa; vira ‘notícia’ em suas redes, passam a ser ‘ouvidas’.

Na SD5, é estabelecida uma relação entre a declaração de voto radical e suas razões para descaracterizar o dizer do outro. Para Silva (2022) um dos traços do cancelamento é desenhar o outro como um inimigo. Desse modo, nessa SD, a opinião de Rita é qualificada como voz de esquerda que ataca Lula, seja por “ressentimento”, “ideologia cega”, ou “utopia”. Ou seja, a justificativa de Rita para seu posicionamento não é válida ou aceitável. Verificamos nessa SD, o discurso autoritário, pois percebemos a irreversibilidade do dizer ao colocar a fala do sujeito político como utópica, produzindo um efeito nessa discursividade de “não lugar”, não realizável e inválido. Dessa forma, nessa SD percebemos que o funcionamento autoritário desse discurso busca impedir que o sujeito possa expressar sua diferença no campo da esquerda.

A posição-sujeito de Jean Willys, portanto, se desidentifica com a possibilidade do voto em outra chapa, promovendo efeitos pró-cancelamento. Visto que se impede o sujeito de circular na formação discursiva de esquerda em uma posição-sujeito que diverge daquele que apoia a candidatura de Lula. Esse efeito de cancelamento resulta na desqualificação do dizer do outro para apagar a possibilidade de sua posição diferente, divergente. Indursky (2015) nos ensina sobre como a exclusão do outro revela como a ideologia forma evidências e regularidades na memória discursiva

Outras tomadas de posição são excluídas, produzindo-se gestos de silenciamento em torno de outros possíveis sentidos[...] este silêncio [...] se produz porque as práticas e os saberes excluídos remetem a um outro modo de se relacionar com a ideologia e divergem e/ou antagonizam com os saberes e interesses da Formação Discursiva Dominante (INDURSKY, 2015, p. 14, grifos nossos).

Assim sendo, a política de silenciamento do cancelamento enquanto fato discursivo se insere nas redes de memória ao passo que “distingue e integra o sujeito em sua relação com o outro” (ORLANDI, 2007). Nessa estratégia discursiva

de silenciamento do sujeito político repudia-se sua expressão de voto, e exclui a diferença nessa FD.

Fora do campo das figuras públicas, partimos agora para a observação da repercussão dos internautas. Nesse sentido, trazemos o jogo discursivo entre as posições-sujeito de comentadores que se identificam com o efeito de cancelamento, que problematizam ou se desidentificam com ele e, por fim, que se contraindetificam com os efeitos de cancelamento, mas mantêm o afastamento dos saberes mobilizados pelo sujeito político em uma posição de moderação.

Nas sequências a seguir, nos deparamos com um dos efeitos práticos do cancelamento de figuras públicas, que é o boicote às suas mídias e a retirada da inscrição dos seus canais ou redes sociais. No caso de Rita, a transição de fãs para *haters* está a um clique de distância, conforme podemos observar na Figura 3.

Figura 3 – Sujeitos internautas e as diferentes repercussões do cancelamento



Fonte: Print da rede social X. Disponível em: <https://x.com/Chicogomessos/status/1525262169897677027>

Nos tuítes da Figura 3, podemos constatar três direções diferentes em relação ao cancelamento:

SD6 “Acabei de retirar a minha assinatura no canal da Rita Von Hunty! Boa noite!”

SD7- “Acabei de efetuar a minha!”

SDS8- “Também continuei lá... posso não concordar com ela (nesse ponto do voto de protesto não concordo), mas não podemos cair na armadilha antidemocrática e fascista da Direita! Ela tem o direito de não agradar todos durante o tempo todo!”

A SD6 enfatiza a dimensão prática do cancelamento, com a retirada de carga positiva investida em uma personalidade da internet, reforçando o caráter de decepção e frustração embutido no processo de cancelamento virtual. O internauta, nessa SD, se identifica de modo pleno com o efeito pró-cancelamento da *drag*.

A SD7 é uma resposta direta ao tuíte cancelador referido na SD6. Naquela sequência, ao dizer “Acabei de efetuar a minha!”, o enunciado demarca uma posição de desidentificação em relação às formulações da SD5, materializada na retirada da assinatura do canal da *vlogger*. Essa posição-sujeito se manifesta na direção contrária ao efeito de cancelamento, montando um contraponto, pois, ao mesmo tempo, o sujeito se identifica com a posição de Rita Von Hunty. Para Santos (2023), uma das consequências do cancelamento é o aumento do engajamento daqueles que discordam e problematizam o ato, o que traz novos significados para o processo, que não é apenas negativo.

Na SD8, a posição-sujeito é de moderação, na qual, mesmo implicando discordância, há a indicação de que o ato de cancelamento não é a solução, como vemos “Também continuei lá... posso não concordar com ela (nesse ponto do voto de protesto não concordo), mas não podemos cair na armadilha antidemocrática e fascista da Direita! Ela tem o direito de não agradar todos durante o tempo todo!”. Assim, tem-se uma posição de contraidentificação com o cancelamento, pela qual o sujeito não se identifica com o caráter autoritário do cancelamento, por outro lado, também não se aproxima do posicionamento de Rita, dando-lhe reforço positivo, ou de apoio a sua opinião, mas reforça a liberdade de voto e de pertencimento.

Observamos, assim, na posição sujeito pró-cancelamento, uma injunção à paráfrase e ao fechamento aos sentidos outros na formação discursiva de esquerda, como acontece na sequência discursiva do comentador 1 e nas sequências discursivas de Jean Wyllys. Nessas SDs, se constitui uma posição-sujeito de proibição do dizer(-se) (n)a diferença, para que através da estabilização dos sentidos do cancelamento se estabilize os sentidos nessa formação discursiva, (re)forçando os limites dessa FD. Nas posições pró-cancelamento, como na de Jean Wyllys, tenta-se estabilizar os sentidos que colocam como esquerda legítima a que vota e declara voto em Lula. Nesse sentido, qualquer outra posição é vista como “sabotagem” ou “aliada à direita de Bolsonaro”, logo, ilegítima.

É nesse ponto que observamos a diferença no funcionamento dos silêncios constitutivo e local nos discursos dos sujeitos Jean Wyllys e Rita Von Hunty. Ambos silenciam para significar, mas de formas diferentes. Relembremos que, na SD3, Rita define normalizar o não comprometimento com a revogação da reforma trabalhista como ato reacionário que enfraquece e aniquila o anseio radical por mudança próprio do discurso da esquerda. No entanto, apesar do ressentimento, não há indicação de desautorização para aqueles que decidem votar ou apoiar a chapa Lula-Alckmin, por exemplo. Enquanto o discurso, na posição-sujeito de Jean Wyllys, vale-se do funcionamento autoritário de descredibilização, logo de asfixia do movimento do sujeito que, de algum modo, se volta contra a chapa Lula-Alckmin. Sendo assim, o silêncio constitutivo e o silêncio local se integram no funcionamento discursivo do cancelamento, numa disputa de sentidos que forçam os limites das FDs.

Na SD7 é demarcada a posição-sujeito de desidentificação, na qual há uma oposição ao cancelamento, os efeitos de sentido do cancelamento se desestabilizam, e tendem à polissemia. Nessa SD, ao confirmar sua inscrição no canal da *drag*, o sujeito posiciona-se a favor da movimentação desse sujeito na FD de esquerda, o que implica a inscrição desses sentidos nessa formação discursiva como possíveis.

Já na contraidentificação, os sentidos são tensionados, em uma posição de moderação que vai contra o cancelamento. Como vimos na materialidade exemplificada no enunciado da sequência discursiva do sujeito internauta 3. Na contraidentificação, a formulação dos sujeitos comentadores defende a liberdade do sujeito movimentar-se e inscrever-se na formação discursiva de esquerda. O sujeito internauta nessa modalidade questiona o processo de cancelamento mesmo não se identificando com o posicionamento político de voto radical, por exemplo. Nesse sentido, na tomada de posição de contraidentificação, a forma-sujeito de esquerda, no contexto da eleição presidencial de 2022, mostra-se elástica e abriga vozes dissidentes. Como explica Indursky (2008), ao evidenciar que a posição de contraidentificação se instaura quando

se contra-identificam entre si, por discordarem do modo como se relacionam com a ideologia, produzindo tensão nesse domínio de saber, mas, mesmo assim se identificam com a forma-sujeito que é capaz de organizar e administrar as diferenças dos saberes que aí se produzem. (INDURSKY, 2008, p. 80)

Dessa forma, a produção de sentidos no cancelamento evidencia direções diferentes que os sentidos podem tomar a partir de suas relações com a história (Pêcheux, 2008). Assim, o cancelamento virtual opera enquanto um processo complexo de relações discursivas que mobiliza sentidos em disputa.

CONCLUSÃO

O objetivo deste artigo foi investigar o funcionamento discursivo do cancelamento virtual enquanto política de silenciamento do sujeito, que foi alcançado mediante análise do jogo entre os funcionamentos polêmico e autoritário na produção de sentidos em torno do episódio relativo à declaração de voto contrário à chapa Lula-Alckmin, no pleito eleitoral de 2022, pela *vlogger* Rita Von Hunty. Nesse sentido, consideradas as materialidades analisadas, observamos que a posição desse sujeito, consistente com o seu lugar discursivo de militante radical de esquerda, repercutiu nas tomadas de posição dos sujeitos internautas sobre o episódio, configurando-se um processo discursivo marcado pelo tensionamento do político – divisão dos sujeitos e dos sentidos (ORLANDI, 2019) – , entre o movimento e a interdição.

Especificamente, a posição assumida por Von Hunty de não-adesão à chapa Lula-Alckmin suscitou um debate coletivo em que se confrontaram diferentes tomadas de posição, i) de identificação com os sentidos pró-cancelamento, em um processo que desautorizava o movimento político do sujeito e dos sentidos na FD de esquerda, operando nisto uma forma de silenciamento por interdição (Orlandi, 2007); ii) de desidentificação com essa forma política de silenciamento, reafirmando-se o movimento do sujeito e dos sentidos; e iii) de contraidentificação com a política de cancelamento, assinalando-se posições discordantes, mas, ao mesmo tempo, de repúdio à prática de interdição política do outro.

Portanto, no acontecimento heterogêneo de episódios de cancelamento virtual, entram em jogo efeitos de estancamento do político, que tendem à asfixia de sujeitos e de sentidos (discurso autoritário), mas também de contestação, reafirmando-se o movimento do político dos sujeitos e dos sentidos (discurso polêmico).

No jogo discursivo em que as vozes se cruzam e se significam o tempo todo, o cancelamento virtual marca o conflito entre a enunciação do diferente e a interdição do dizer, isto é, poder e não poder dizer (-se) (n)a diferença. Nessa perspectiva, concordamos com Orlandi (2007, p. 85) que “se há um silêncio que apaga, há um silêncio que explode os limites do significar”.

Between saying and not being able to say: the virtual cancellation of the political subject in the movement of meanings through the digital world

ABSTRACT

Virtual cancellation has become one of the major topics of communication on the internet in recent years. This practice, consolidated by users of social networks, has turned the online space into a hostile environment for excluding the different. The aim of this article is therefore to investigate the discursive functioning of virtual cancellation in relation to policies of silencing the political subject, analyzing the interplay between polemical and authoritarian functioning in the production of meanings. We base our reflection and analysis on the assumptions of materialist Discourse Analysis (PÊCHEUX 2014, 2008, ORLANDI 2019, 2008, 2007). We selected as corpus prints of posts and comments from the social networks Instagram and Twitter relating to the episode of the cancellation of drag queen Rita Von Hunty in view of a statement she made in the context of the 2022 presidential election, expressing a position contrary to supporting the Lula-Alckmin ticket in the first round and recommending voting for the PCB or Popular Unity candidates. Considering the material analyzed, we observed that Rita Von Hunty's position consistent with her discursive position as a radical left-wing activist and had repercussions on the internet users' positions on the episode, what configures a discursive process marked by the tension on the political - division of subjects and meanings (ORLANDI, 2019) - between movement and interdiction. Specifically, Von Hunty's position of non-adherence to the Lula-Alckmin ticket sparked a collective debate in which different positions were confronted: i) identification with the pro-cancellation meanings, in a process that deauthorized the political movement of the subject and the meanings in the left-wing DF, operating in a form of silencing by interdiction (ORLANDI, 2007) ; ii) of disidentification with this political form of silencing, reaffirming the movement of the subject and the meanings; and iii) of counter-identification with the politics of cancellation, pointing out discordant positions, but at the same time, repudiating the practice of political interdiction of the other. Therefore, in the heterogeneous event of virtual cancellation episodes, effects of stagnation of the political come into play, which tend to asphyxiate subjects and meanings (authoritarian discourse), but also of contestation, reaffirming the movement of the political of subjects and meanings (polemical discourse).

Key-words: Virtual cancellation; policy of silencing; authoritarian discourse; polemical discourse.

REFERÊNCIAS

- DUNKER, C. **Karol Conká e a cultura do cancelamento** - Christian Dunker - falandonisso. Youtube, 09 de fev. 2021. Acesso em 10 de fev de 2024. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=ZVyt5ZcRYa4>>.
- GRIGOLETTO, E. **Do lugar social ao lugar discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito**. In: FERREIRA, M. C.; INDURSKY, F. (orgs). Análise do discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007.
- INDURSKY, Freda. **Políticas do esquecimento x políticas de resgate da memória**. In: FLORES, G.G. B.; NECKEL, N. R. M.; GALLO, S. et al. Análise de discurso em rede: cultura e mídia. Campinas: Pontes Editores, 2015, p. 11-28.
- INDURSKY, Freda. **A fragmentação do sujeito na análise do discurso**. In: MACHADO, Maria das Dores; SOUSA, Maria Lúcia de. (Org.). A subjetividade na análise do discurso. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2008. p. 97-110.
- MACEDO, K.T. M. Conflitos Sociais Contemporâneos: **Possíveis Causas E Consequências Dos Linchamentos Virtuais**. Humanidades & Inovação, v. 5, n. 4, p. 197–208, Limeira, 2018.
- MACEDO, K.T. M. **Linchamentos virtuais**: Paradoxos nas relações sociais contemporâneas. 2016. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Campinas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Limeira, 2016. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/321038/1/Mercuri_KarenTank_M.pdf. Acesso em: 18 dez. 2023.
- MARTINS, José de Souza. **Linchamentos**. A Justiça Popular no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2015.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Política do silêncio na América Latina**. In: GRIGOLETTO, Evandra et al. (org.). Silêncio, memória, resistência: a política e o político no discurso. Campinas: Pontes Editores, 2019.
- ORLANDI, Eni. **Discurso e Texto**. Campinas: Pontes, 2008.
- ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6ª ed., Campinas: Ed. da Unicamp, 2007.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, M. **Análise do discurso**: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes Editores, 2014.

PÊCHEUX, MICHEL. **O discurso**: estrutura ou acontecimento [?]. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

SANTOS, A. DOS. **A cultura do cancelamento nas redes sociais: análise do ethos sob a perspectiva da semiolinguística**¹. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) -Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

SILVA, Tadeu de Oliveira. **Linchamentos virtuais e cultura do cancelamento: os casos Patrícia Campos Mello e Lilia Schwarcz**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

Recebido: 15 jun. 2024.

Aprovado: 20 nov. 2024

DOI: 10.3895/rl.v26n48.18716

Como citar: SILVA, M.T.C.; FARIAS, W.S. Entre o dizer e o não-dizer: o cancelamento virtual do sujeito político no movimento dos sentidos no digital. *R. Letras*, Curitiba, v. 26, n. 48, p. 39-56, jan./jun. 2024. Disponível em: <<https://periodicos.utfrpr.edu.br/rl>>. Acesso em: XXX.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

